

Infância violada: Estudo de reportagens veiculadas na imprensa sobre a menina vítima de estupro e consequente aborto legal

Emiko Yoshikawa Egry¹, Lucimara Fabiana Fornari¹, Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca¹, William Dias Borges¹, Ana Rosa Ribeiro Elias¹ e Maria Amélia de Campos Oliveira¹

¹ Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Brasil | emiyeagy@usp.br; lucimaraforari@usp.br; rmgsfon@usp.br; williamborges@usp.br; anarosa.elias@usp.br; macampos@usp.br | <https://orcid.org/0000-0003-0974-0315>; <https://orcid.org/0000-0002-8655-6549>; <https://orcid.org/0000-0001-9440-0870>; <https://orcid.org/0000-0002-7671-7855>; <https://orcid.org/0000-0003-0290-5543>; <https://orcid.org/0000-0002-0533-7193>

Resumo: Introdução: As meninas têm sido vítimas de violência, especialmente as sexuais. A infância pode ser violada de várias maneiras, como o caso ocorrido no Brasil, em 2020. As pesquisas qualitativas podem elucidar o fenômeno por possibilitar aprofundar as questões complexas ligadas à violência sexual contra meninas que resultam em gravidez e aborto legal. **Objetivos:** Evidenciar o percurso investigativo qualitativo utilizado para decodificar o caso da menina vítima de estupro perpetrado por um familiar, que resultou em gravidez, e cujo desfecho legal foi o aborto. **Métodos:** Estudo documental de abordagem qualitativa. As fontes de dados foram dois jornais brasileiros no formato eletrônico. O período da coleta de dados foi de agosto a outubro de 2020. Para tanto, foi utilizado um roteiro semiestruturado. Foram incluídas reportagens sobre o tema de estudo e excluídas as que apenas citavam o caso, sem explorar seus desencadeamentos. Para a análise de conteúdo temática foi utilizado o *software* webQDA. As categorias analíticas foram gênero e geração. **Resultados:** Submetidas à análise, as 78 reportagens selecionadas evidenciaram três categorias empíricas: a subalternidade escancarada; o processo para concretização do aborto; criminalização *versus* legalização do aborto. A metodologia qualitativa apoiada pelo webQDA permitiu expor o que não se mostrou à primeira vista: a existência de profunda subalternidade de gênero e de geração, quando a protagonista, a menina, sofreu diferentes novas violências – as institucionais – que contradizem o que o Estatuto da Criança e do Adolescente determina. **Conclusões:** O percurso metodológico adotado permitiu olhar para além da própria situação vivenciada pela menina – estupro, gravidez e aborto - antes de completar 12 anos de idade. Sobressaiu a manipulação de líderes e autoridades impondo suas convicções pessoais, ao invés da garantia dos direitos da vítima.

Palavras-chave: Maus-Tratos Infantis; Delitos Sexuais; Aborto; Artigo de Jornal; Pesquisa Qualitativa.

Violated Childhood: Study of Reports Published in the Press about the Girl Victim of Rape and the Consequent Legal Abortion

Abstract: Introduction: Girls have been victims of violence, especially sexual ones. Childhood can be violated in several ways, such as the case that occurred in Brazil in 2020. Qualitative research can elucidate the phenomenon by making it possible to deepen the complex issues related to sexual violence against girls that result in pregnancy and legal abortion. **Objectives:** To highlight the qualitative investigative path used to decode the case of the girl victim of rape perpetrated by a relative, which resulted in pregnancy, and whose legal outcome of abortion. **Method:** Documentary study with a qualitative approach. The data sources were two Brazilian newspapers in electronic format. The data collection period was from August to October 2020. The data was organized using a semi-structured instrument. Reports on the subject of the study were included, and those that only cited the case were excluded, without exploring its triggers. For thematic content analysis, the webQDA software was used. The analytical categories were gender and generation. **Results:** Subsequent to the analysis, the 78 selected reports showed three empirical categories: 1) the wide-open subordination; 2) the process for carrying out abortion; and 3) criminalization versus legalization of abortion. The qualitative methodology supported by webQDA allowed to expose what was not shown at first sight: the existence of a profound subordination of gender and generation, when the protagonist, the girl, suffered different new violence - institutional ones - that contradict what the Statute of the Child and Adolescent determines. **Conclusions:** The methodological path adopted allowed us to look beyond the situation experienced by the girl - rape, pregnancy and abortion - before turning 12 years old. The manipulation of leaders and authorities was emphasized, imposing their personal convictions, instead of guaranteeing the victim's rights.

Keywords: Child Abuse; Sex Offenses; Abortion; Newspaper Article; Qualitative Research.

1. Introdução

Sociedades contemporâneas ainda perpetuam modelos arcaicos de convivência entre gêneros e gerações. A violência doméstica contra a criança ainda é fenômeno cotidiano, mesmo nas sociedades que contam com um marco emancipatório dos sujeitos como portadores de direitos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) brasileiro. Se contra os meninos, prevalece a violência física, contra as meninas predomina a violência sexual (Egry, Apostólico, Moraes, & Lisboa, 2017).

Em agosto de 2020, um caso chamou a atenção da imprensa e ocupou boa parte dos textos jornalísticos. Tratava-se de uma garota de dez anos de idade que fora sexualmente abusada pelo tio, o que resultou em gravidez. Ao buscar o serviço de saúde, onde foi constatada a gravidez, foi encaminhada para o aborto legal, amparada pela legislação brasileira de proteção infantil e com a expressa vontade da criança pela retirada do conceito.

O que se seguiu depois foi uma disputa institucional e ideológica, na maior parte das vezes de matriz fundamentalista religiosa, culpabilizando ora a criança ora os médicos que iriam fazer o procedimento. No estado de residência da criança não foi possível realizar o procedimento e ela teve que se deslocar para outro, onde os profissionais e a instituição hospitalar aceitaram fazer o procedimento. Durante o processo, verificaram-se manifestações contra e a favor do aborto, envolvendo grupos de diversas tendências ideológicas em disputa, inclusive, com grave exposição da vítima e seus familiares¹.

A imprensa brasileira noticiou fartamente o ocorrido, externando opiniões e posições de diferentes pessoas que se pronunciaram sobre o fato.

A violência sexual infantil é um fenômeno mundial (Russell, Higgins, & Posso, 2020) influenciado por construções históricas e sociais (Araujo, Ramos, Zaleski, Rozin, & Sanches, 2019) que se ancoram nas iniquidades de gênero, geração, raça/etnia e classe social (Egry, Fonseca, & Oliveira, 2013). Consiste em uma das formas de violação dos direitos das crianças e adolescentes (Souto et al., 2017) e materializa-se frequentemente no domicílio, em um contexto de poder e dominação do agressor em relação à criança ou adolescente (Araujo et al., 2019).

A gravidez na infância, como resultado de estupro, é um fenômeno tristemente comum na sociedade brasileira. Estudo realizado no Brasil sobre estupro e gravidez de meninas de até 13 anos evidenciou que mais de 30 mil meninas tiveram filhos, porém, menos de 5% notificaram violência sexual. Das que o fizeram, 58,2% relataram que a violência sexual sofrida era recorrente e que, ao buscar os serviços de saúde, apenas 1,3% tiveram acesso a contracepção de emergência, mostrando grave falha na rede de atenção à saúde e contribuindo para o incremento do número de casos de gravidez indesejada e a reconhecida dificuldade de acesso para a interrupção (Souto et al., 2017).

A abordagem do agressor à vítima pode ocorrer em situações cotidianas inerentes à fase infantil, como as brincadeiras. Nesses casos, a percepção sobre a violência dificilmente ocorre desde o princípio, o que pode contribuir para sua perpetuação, levando-a a ser reconhecida somente na idade adulta (Fornari, Sakata-So, Egry, & Fonseca, 2018).

Algumas condições como a dependência afetiva, financeira e o medo também contribuem para o silêncio e a ausência de notificação da violência, com consequente invisibilidade do abuso sexual (Sena, Silva, & Falbo Neto, 2018). Também há evidências que, em alguns casos, crianças e ou adolescentes relatam o fato, mas os adultos não acreditam (Fornari et al., 2018; Gessner, Fonseca, & Oliveira, 2014).

Outras formas de violência como a psicológica e a física também podem ser utilizadas pelos agressores ao abusar sexualmente de crianças (Fornari et al., 2018).

¹ Reportagem intitulado "A gente acolhe. A saga de um obstetra e a hipocrisia brasileira sobre o aborto", de autoria da jornalista Angélica Santa Cruz, publicada na Revista Carta Capital, edição 174, março de 2021, elucida o caso e suas repercussões, de maneira clara e objetiva.

Na maioria das vezes, tais agressores são do sexo masculino (Gessner et al., 2014; Santos, Mascarenhas, Rodrigues, & Monteiro, 2018; Sena et al., 2018) e do convívio familiar, incluindo pais, padrastos e tios (Sena et al., 2018; Souto et al., 2017).

Em relação às vítimas, a vulnerabilidade é maior para as crianças ou adolescentes do sexo feminino, especialmente, em países com rígidas normas sociais patriarcais (Russell et al., 2020). De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a prevalência de violência sexual é de 18% para as meninas e 7,6% para os meninos (World Health Organization, 2014).

O problema científico que se coloca neste estudo é: de que maneira as reportagens jornalísticas mostraram as diversas facetas desse fenômeno? Quais os sujeitos sociais mais presentes? Foram parciais, mostrando suas próprias convicções ou seguiram o ECA e a vontade da vítima e da sua família? A abordagem qualitativa é potente para compreender o fenômeno?

Este estudo tem por objetivo evidenciar o percurso investigativo qualitativo utilizado para decodificar o caso da menina vítima de estupro perpetrado por um familiar, que resultou em gravidez, e cujo desfecho legal foi o aborto.

2. Metodologia

Trata-se de estudo documental, de abordagem qualitativa, fundamentado na Teoria da Intervenção Prática em Saúde Coletiva (TIPESC). A TIPESC foi construída visando à compreensão das contradições da realidade objetiva vinculadas à Enfermagem em Saúde Coletiva, enquanto campo teórico e de práticas. Está fundamentada na visão de mundo materialista histórica e dialética (Egry, 1996).

O presente estudo utilizou como fonte de dados reportagens publicadas no formato eletrônico em dois jornais brasileiros, o Estado de São Paulo (Jornal A) e a Folha de São Paulo (Jornal B). Os dois jornais foram selecionados de acordo com a localização geográfica da instituição de ensino à qual os autores estão vinculados, bem como pelo fato de serem veículos de informação de circulação nacional.

O período da coleta de dados foi de 07 de agosto a 21 de outubro de 2020. A data de início corresponde à primeira divulgação do caso na imprensa brasileira e a de término, ao acompanhamento da repercussão do caso, dois meses após o ingresso da menina no programa de proteção à testemunha.

A busca das reportagens foi realizada por meio de acompanhamento diário das publicações nos dois jornais. Para tanto, foram incluídas reportagens que versavam centralmente sobre o objeto de estudo, sendo excluídas aquelas que somente citavam o fato, sem explorar seus desencadeamentos, assim como os textos associados a blogs ou a opinião de leitores.

No primeiro momento da busca, foram selecionadas 63 publicações no Jornal A e 98 no jornal B, totalizando 161 reportagens. No segundo momento, após a leitura das reportagens e de acordo com os critérios de exclusão, foram selecionadas 78 reportagens.

A coleta de dados foi realizada por meio de instrumento semiestruturado adaptado para planilha Excel. Foram extraídos os seguintes dados: data e hora da publicação, fonte de dados, sessão da fonte, sexo do autor da reportagem, extensão do texto de acordo com o número de linhas, presença de imagem e discursos associados à pergunta científica.

As reportagens selecionadas foram salvas no formato *Portable Document Format*. Em seguida, houve a criação de uma pasta compartilhada na plataforma *Google Drive*. Os documentos foram divididos entre três autores do estudo para leitura e preenchimento do instrumento, sendo que cada autor ficou responsável pela leitura de 26 reportagens. Os demais autores foram responsáveis pela validação interna dos registros na planilha Excel. Ao final do preenchimento do instrumento, houve uma reunião *online* por meio da plataforma *Google Meet* para discussão das divergências relacionadas à inclusão das reportagens e estabelecimento de consenso.

Os dados correspondentes aos discursos associados à pergunta científica foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo temática, que prevê as seguintes etapas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, interpretação e inferência (Bardin, 2011). A análise dos dados foi apoiada pelo *software* webQDA, que está estruturado em quatro sistemas: fontes, espaço destinado para inserção dos dados; codificação, responsável pela criação das categorias descritivas e empíricas; questionamento, que dispõe de ferramentas que auxiliam a aprofundar a análise dos dados; gestão, que permite a organização do processo de trabalho (Minayo & Costa, 2019).

As informações inseridas na planilha Excel foram incorporadas ao webQDA por meio da funcionalidade de codificação direta, que codificou automaticamente os dados descritivos (data e hora da publicação, fonte de dados, sessão da fonte de dados, sexo da autoria, extensão do texto de acordo com o número de linhas, e presença de imagem) e disponibilizou os dados empíricos no sistema de fontes internas. Por meio do sistema de codificação, foram construídos os códigos árvore, que emergiram da leitura das reportagens na íntegra, considerando-se as categorias analíticas gênero e geração.

A categoria gênero está fundamentada na construção social das diferenças existentes entre homens e mulheres, constitutivas das relações sociais e na forma de significar as relações de poder, enquanto campo no qual e por meio do qual o poder é articulado (Scott, 1989). A categoria geração define os estatutos sociais de um determinado grupo etário, conforme as similaridades políticas e ideológicas, situadas no tempo e no espaço (Egry et al., 2013).

No webQDA, a codificação dos discursos foi realizada por uma das autoras, responsável pela gestão do projeto. A validação interna dos dados codificados de acordo com as categorias analíticas encontra-se em curso e será realizada pelo grupo de autores. Dessa forma, ressalta-se que os resultados do estudo são parciais, devido ao processo de validação interna em andamento e à necessidade de construir as matrizes para o aprofundamento da análise dos dados.

A pesquisa dispensou apreciação de Comitê de Ética em Pesquisa, pois utilizou publicações de acesso público. Foi utilizado o instrumento *Consolidated criteria for reporting qualitative research* (COREQ) para orientar os procedimentos metodológicos.

3. Resultados Parciais e Discussão

Seguindo os critérios de inclusão e de exclusão, foram selecionadas 78 reportagens, 53 publicadas no Jornal B e 25 no Jornal A.

A análise das reportagens possibilitou a emergência de três categorias empíricas preliminares: a subalternidade escancarada; o processo para concretização do aborto; criminalização *versus* legalização. No momento atual, os dados codificados por meio do webQDA estão sendo submetidos à validação interna.

A seguir, serão apresentados os resultados parciais da análise qualitativa, iniciando-se pela categorização e suas correspondentes categorias e subcategorias empíricas, como mostra a Figura 1.

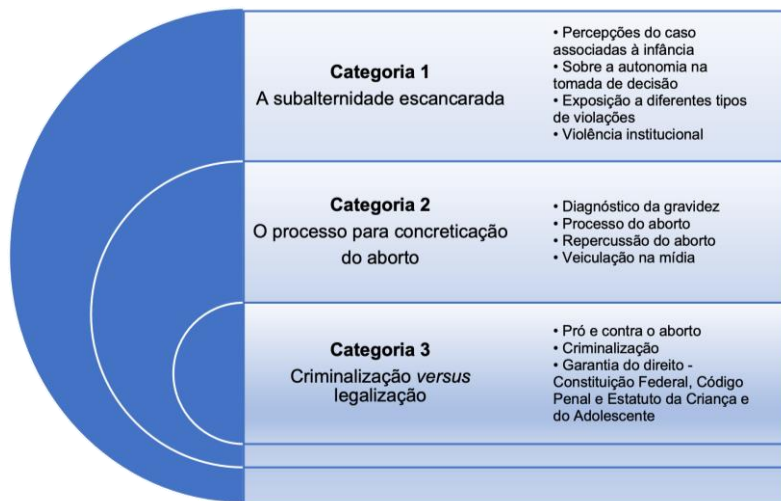


Fig. 1. Categorias empíricas 1, 2 e 3 e subcategorias correspondentes.

Em relação à Categoria 1 - A subalternidade escancarada - as palavras mais encontradas nas reportagens foram menina, criança, aborto, vítima, gravidez, entre outras, conforme mostra a Figura 2.



Fig. 2. As cem palavras mais frequentes encontradas na categoria “A subalternidade escancarada” por meio do webQDA.

As reportagens foram praticamente unânimes em reconhecer que o fato de uma menina de 10 anos, portanto, uma criança, submetida à violência sexual durante anos, por um adulto integrante da família e ter como consequência uma gravidez, denota uma situação de brutalidade e abuso incontestáveis. À luz de gênero e geração, a violência em tela é notoriamente determinada pelo imenso desequilíbrio de poder que se encontra na intersecção entre essas duas categorias sociológicas, representadas, do lado dominante, pelo masculino-adulto, em oposição ao polo extremamente subalternizado representado pelo feminino-criança.

A mesma subalternização ocorre quando da revitimização da mulher-criança pelas instituições envolvidas – serviços de saúde que se negaram a fazer o aborto, entidades religiosas e outros contrários ao aborto – cujos discursos denotam um conteúdo ideológico fortemente essencialista, de preservação da vida do conceito a qualquer custo, inclusive rotulando a vítima de assassina. É digno de nota que a própria mídia, em grande parte das reportagens, a nominava semanticamente por meio de termos reveladores da sua falta de poder, como o uso do diminutivo, por exemplo.

Dessa forma, a Norma Técnica protege mais os agressores que de fato as vítimas, além de ir de encontro ao que dispõe o ECA, que responsabiliza a família, a comunidade e o Estado, por assegurar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes para que isto ocorra.

No que diz respeito à Categoria 3, “Criminalização *versus* legalização”, as palavras mais expressivas foram estupro, direito, vida e código penal, como mostra a Figura 4.

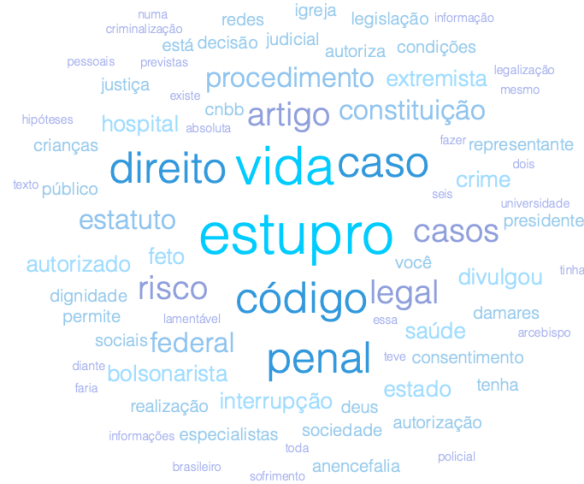


Fig. 4. As cem palavras mais frequentes encontradas na categoria “Criminalização *versus* legalização” por meio do webQDA.

Os direitos humanos são parte da positivação do Direito na história da cultura ocidental (Tosi, 2005). Compõem um constructo axiológico fruto da história e do presente, no espaço simbólico de luta e ação social em que são formulados, em um processo dialético constante de desconstrução e reconstrução (Piovesan, 2017). Incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho, à saúde e à educação. Cada ser humano pode desfrutar desses direitos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo, origem social ou nacional, condição de nascimento ou riqueza (United Nations General Assembly, 1948).

Para que tais concepções possam ser implementadas nos ordenamentos jurídico-políticos das diferentes sociedades é imprescindível o reconhecimento da dignidade intrínseca de toda a pessoa humana e, portanto, a não discriminação por qualquer tipo de julgamento moral. Outro aspecto a destacar da conversão dos direitos humanos em direitos de cidadania está relacionado à sua natureza histórica, pois os direitos humanos mudam com o tempo e sua implementação difere entre os governos de diversos países (Soares, 2013).

No Brasil, um dos direitos considerados humanos é o direito ao aborto legal, que está regulamentado desde 1940, no Código Penal Brasileiro. Permite a realização de aborto de gravidez decorrente de estupro e quando a gestante tem risco de morrer. A partir de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) acrescentou a essas permissões, o aborto de feto anencefalo. Reconhece-se assim, que a permissividade legal ao aborto está vinculada à condição de vítima da mulher, seja da violência de gênero ou do acaso da natureza (Diniz, Dios, Mastrella, & Madeiro, 2014).

Apesar dessas concessões legais, existem inúmeros obstáculos estruturais e organizacionais que dificultam o acesso ao aborto e que levam as mulheres que o demandam a percorrer uma rota crítica e sinuosa, permeada por percalços, sem garantia da efetivação desse direito. Essa realidade traduz-se em uma gama de necessidades em saúde, que precisam ser analisadas em toda sua complexidade pelos serviços de saúde.

A situação torna-se ainda mais intrincada devido aos inúmeros elementos de ordem moral, ética, religiosa e de gênero que circundam o fenômeno e que muitas vezes agregam dificuldades por parte de alguns profissionais de saúde que, entre outras coisas, alegam objeção de consciência para negarem-se a atendê-las, retardando e dificultando ainda mais o processo. Frente a gravidez decorrente de estupro, entende-se a solicitação pelo aborto como um direito e uma necessidade que requer satisfação imediata. Dificultar o acesso a esse direito infringe inclusive o princípio da integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS), além de destoar das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência e transgredir o exercício da autonomia das mulheres (Santos, 2020).

Somado a isso, existe a imposição da crença religiosa sobre a proteção da vida e que obriga as mulheres vítimas de estupro a manter a gravidez até o término. Essa imposição reforça a necessidade da promoção de políticas públicas e implementação de serviços que visam ao atendimento e à garantia desse direito às mulheres vítimas de violência sexual (Drezett, 2013).

A situação objeto do presente trabalho é exemplar em relação à rota crítica percorrida pela criança e seus familiares na busca pelo direito de abortar, tê-lo sido negado em uma instância e depois garantido em outra, sob fortes manifestações de ordem moral e religiosa que buscavam criminalizar o ato, reiteradamente. O processo todo revelou-se permeado por tentativas de criminalização e manutenção da legalidade, com incontáveis repercussões negativas para os envolvidos, entre elas, o sofrimento inerente a situações extremas como estas, por envolver uma criança – o lado mais frágil da realidade.

4. Conclusões

O estudo mostrou que, por diversas vezes, as reportagens desvelaram a infância violada, evidenciando três importantes dimensões: a subalternidade escancarada, o processo para concretização do aborto e a criminalização *versus* a legalização do aborto. Acrescenta-se às subalternidades anteriores – de gênero e geração - a subalternidade de classe social, no caso, referente aos envolvidos diretamente no fenômeno da violência – a criança vitimizada e o tio violador.

O percurso metodológico adotado permitiu olhar a complexidade do fenômeno na sua articulação com as diferentes dimensões da realidade objetiva. Sobressai, para além da própria situação vivenciada pela menina – estupro, gravidez e aborto antes de completar 11 anos – a manipulação de líderes e autoridades para fazer valer convicções pessoais, ao invés de garantir os direitos da vítima. A metodologia qualitativa foi imprescindível para desvelar as contradições ocultas nas reportagens da imprensa brasileira.

Agradecimentos

As autoras e o autor agradecem a Roberta Lima Gonçalves, aluna da disciplina “Tipesc e o enfrentamento da violência de Gênero e Geração” do Programa de Doutorado Interunidades da EEUSP/EERP-USP, de agosto de 2020 que participou do estágio inicial desta pesquisa.

5. Referências

- Araujo, G. de, Ramos, M., Zaleski, T., Rozin, L., & Sanches, L. da C. (2019). Determinantes Da Violência Sexual Infantil No Estado Do Paraná - Brasil. *Espaço Para a Saúde - Revista de Saúde Pública Do Paraná*, 20(2), 42–54. <https://doi.org/10.22421/15177130-2019v20n2p42>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Diniz, D., Dios, V. C., Mastrella, M., & Madeiro, A. P. (2014). A verdade do estupro nos serviços de aborto legal no Brasil. *Revista Bioética*, 22(2), 291–298. <https://doi.org/10.1590/1983-80422014222010>

- Drezett, J. (2013). Fundamentalismo religioso e violência sexual. *Reproducao e Climaterio*, 28(2), 47–50. <https://doi.org/10.1016/j.recli.2013.10.001>
- Egry, E. Y. (1996). *Saúde Coletiva: Construindo um novo método em enfermagem*. São Paulo: Cone Editora.
- Egry, E. Y., Apostólico, M. R., Morais, T. C. P., & Lisboa, C. C. R. (2017). Coping with child violence in primary care: how do professionals perceive it? *Revista Brasileira de Enfermagem*, 70(1), 113–119. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0009>
- Egry, E. Y., Fonseca, R. M. G. S. da, & Oliveira, M. A. de C. (2013). Science, Public Health and Nursing: highlighting the gender and generation categories in the episteme of praxis. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 66(spe), 119–133. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000700016>
- Fonseca, S. C., Domingues, R. M. S. M., Leal, M. do C., Aquino, E. M. L., & Menezes, G. M. S. (2020). Aborto legal no Brasil: revisão sistemática da produção científica, 2008-2018. *Cadernos de Saude Publica*, 36(1), e00189718. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00189718>
- Fornari, L. F., Sakata-So, K. N., Egry, E. Y., & Fonseca, R. M. G. S. (2018). Gender and generation perspectives in the narratives of sexually abused women in childhood. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 26, e3078. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.2771.3078>
- Gessner, R., Fonseca, R. M. G. S., & Oliveira, R. N. G. (2014). Violence against adolescents: An analysis based on the categories gender and generation. *Revista da Escola de Enfermagem*, 48, 102–108. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000600015>
- Leal, T. (2020). O sentimento que nos faz irmãs: construções discursivas da sororidade em mídias sociais. *Revista ECO-Pós*, 23(3), 139–164. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v23i3.27601>
- Minayo, M. C. de S., & Costa, A. P. (2019). *Techniques that use speech, observation and empathy: qualitative research in action*. Aveiro - Portugal: Ludomedia.
- Nunes, M. C. A., & de Morais, N. A. (2017). Gravidez decorrente de violência sexual: Revisão sistemática da literatura. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 69(2), 88–103.
- Piovesan, F. (2017). *Direitos humanos e justiça internacional*. São Paulo: Editora Saraiva.
- Russell, D., Higgins, D., & Posso, A. (2020). Preventing child sexual abuse: A systematic review of interventions and their efficacy in developing countries. *Child Abuse and Neglect*, 102, 104395. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104395>
- Santos, D. L. A. (2020). *Mulheres na busca pelo aborto legal: rota crítica percorrida e necessidades em saúde suscitadas*. Universidade de São Paulo.
- Santos, M. de J., Mascarenhas, M. D. M., Rodrigues, M. T. P., & Monteiro, R. A. (2018). Characterization of sexual violence against children and adolescents in school - Brazil, 2010-2014. *Epidemiol. Serv. Saude*, 27(2), e2017059. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742018000200010>
- Scott, J. (1989). *Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press.
- Sena, C. A., Silva, M. A., & Falbo Neto, G. H. (2018). The incidence of sexual violence among children and adolescents in Recife, State of Pernambuco, Brazil, in 2012 and 2013. *Ciencia e Saude Coletiva*, 23(5), 1591–1599. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018235.18662016>
- Soares, M. V. M. B. (2013). Cidadania e direitos humanos. *Cadernos De Pesquisa*, (104), 1–8.
- Souto, R. M. C. V., Porto, D. L., Pinto, I. V., Vidotti, C. C. F., Barufaldi, L. A., de Freitas, M. G., ... de Lima, C. M. (2017). Rape and pregnancy of girls aged up to 13 years in Brazil: characteristics and implications in health during gestation, delivery and childbirth. *Ciencia e Saude Coletiva*, 22(9), 2909–2918. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.13312017>
- Tosi, G. (2005). *Direitos humanos: história, teoria e prática*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- United Nations General Assembly. (1948). Universal Declaration of Human Rights. Retrieved March 29, 2021, from <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>
- World Health Organization. (2014). *Global Status Report on Violence Prevention 2014*. Geneva: World Health Organization.